

Judiciário anula arbitragem quando falta boa-fé do árbitro, diz Fux

Ministro do STF afirma que a legislação brasileira não...

PODER
360



LOGIN



MENU



A

A



Ministro Luiz Fux durante o 1º Fórum Internacional de Arbitragem de Brasília.

Patrícia Nadir

24.out.2023 (terça-feira) - 16h26

O ministro do [STF](#) Luiz Fux afirmou nesta 3ª feira (24.out.2023) que a Lei de Arbitragem, que permite resolver impasses sem acionar a Justiça, surgiu para desafogar os tribunais, mas disse, no entanto, que o Judiciário tem anulado arbitragens quando falta “boa-fé” de árbitros no “dever de revelação”.

O “dever de revelação” trata do dever obrigatório do profissional indicado para ser o árbitro (o juiz do caso) de revelar fatos que impliquem dúvida quanto à sua imparcialidade e independência no caso. Luiz Fux debateu o tema durante 1º Fórum Internacional de



receba alertas grátis do Poder360

quero receber por e-mail

concordo com os [termos da LGPD](#).

quero receber no WhatsApp

quero receber no Telegram

“Toda judicialização das questões arbitrais diminui o prestígio da arbitragem. O dever de revelação é obrigatório, e o que nós temos visto são anulações de arbitragem por desvio da boa-fé”, disse Fux. Segundo ele, há casos em que ações anulatórias são necessárias para penalizar os desvios que eventualmente ocorrem.

Ainda assim, Fux afirmou que a arbitragem transmite segurança jurídica e melhora o Risco Brasil, que é a percepção de risco dos investidores internacionais no país. Motivo: o empresário se preocupa com o tempo que vai levar para resolver problemas. Para o ministro do STF, trata-se de um mecanismo de facilitação para conciliação.

O ministro declarou que os árbitros, embora não possam promover medidas de execução nem cautelares, conseguem resolver grandes problemas com confidencialidade e com consenso das partes e, no final, otimizam o relacionamento social.

Fux também criticou o que chamou de “tribunais do tráfico” nas comunidades do país.

“A única preocupação que nós temos hoje é que, no Brasil, nós temos como meio alternativo [da Justiça] os tribunais do tráfico, que têm competência para tudo nessas comunidades. Resolvem qualquer problema, mas de uma maneira diferente da justiça civilizada”.

ARBITRAGEM

A arbitragem é um mecanismo legal que busca solucionar conflitos fora do Judiciário.

A sentença proferida pelo árbitro, que atua como uma espécie de juiz privado, deve ser seguida pelas partes, tal como se a decisão partisse da Justiça

Os árbitros são escolhidos pelas partes e não precisam ser advogados. Podem ser especialistas nas áreas que envolvem a disputa.

FÓRUM INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM

O Fórum Internacional de Arbitragem é uma iniciativa do [IBDL](#) (Instituto Brasileiro de Direito Legislativo). Conta com o apoio do escritório [Murillo de Aragão Advogados e Consultores](#) e da plataforma [Nomos](#). O **Poder360** é parceiro de mídia.

Assista à transmissão do evento:

Todos os painéis ficarão disponíveis no canal do **Poder360** no YouTube.

Em 2 dias, os painéis irão abordar:

- diversos aspectos e impactos da arbitragem;
- histórico da arbitragem no Brasil;
- deveres dos árbitros;
- a relação com o Judiciário e a atuação em matérias do direito tributário e de compliance;
- projetos de lei que existem sobre a área;
- limites constitucionais para a homologação de decisão arbitral estrangeira.

Saiba mais sobre o fórum e leia a programação clicando [aqui](#).


o Poder360 integra o  **The Trust Project** [saiba mais](#)

autores

Patrícia Nadir
redatora

[enviar e-mail](#)

curtiu a reportagem? Compartilhe sua opinião 

apontar erros neste texto 

leia mais sobre

ADVOCACIA ARBITRAGEM BRASÍLIA COMPLIANCE CONSTITUIÇÃO
FÓRUM INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM IBDL
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO LEGISLATIVO INSTITUTO DA ARBITRAGEM
JUDICIÁRIO LUIZ FUX MURILLO ARAGÃO
MURILLO DE ARAGÃO ADVOGADOS E CONSULTORES NIAMH LEINWATHER
NOMOS STF STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL TRIBUNAIS

recomendadas

[Comunidade arbitral deve fazer "abertura cognitiva", diz advogado](#)

[A arbitragem é uma alternativa que funciona bem, diz Barroso](#)

[Juiz defende que árbitros sigam precedentes do STF e STJ](#)

[Arbitragem em obras públicas pede controle do Estado, diz Benedito](#)

[É preciso discutir "péssimas" sentenças arbitrais, diz advogada](#)

PODER360 todos os dias no seu e-mail

Seu e-mail

ASSINAR

concordo com os termos da LGPD.

NOTÍCIAS

Governo
Anúncios do Governo
Congresso
Economia
Justiça
Poder Hoje
Poder Flash
Poder Monitor
Brasil à Frente

Poder Empreendedor
PoderData
Infográficos
Eleições
Internacional
Tecnologia
Mídia
Nieman
Pesquisas

Agregador de Pesquisas
Políticos do Brasil
Eleições 2022 resultados
Eleições 2022 notícias
Eventos
Visitas ao Poder360

O PODER360

Quem somos
Equipe
Articulistas
Como anunciar
Drive
PoderIdeias
PoderData
Poder Conteúdo Patrocinado
Trabalhe no Poder360
Contato
Princípios Editoriais
Código de Conduta

OPINIÃO E ANÁLISE

Opinião
Análise
Opinião: Futuro Indicativo

PODER360 no YouTube
Comerciais eleitorais 2022

Agenda da Semana

Fatos da Semana

Volta ao Mundo

PodSonhar

Boleiros de Humanas

Poder Explica

Poder Reage

Lives do Prerrogativas

Política de
Privacidade

Política de
Compliance

Termos de
uso

Reprodução
de material

Arquivo Blog
Fernando
Rodrigues

PARCERIAS E PROJETOS ESPECIAIS

Poder em Foco

Fronteiras do Pensamento

O custo do contrabando

A indústria e o futuro do Brasil

COMPARTILHE O PODER360

